

# O TERRORISMO E A MÍDIA\*

Luís Nassif

---

## RESUMO

Analisa os diferentes papéis desempenhados pela mídia no Brasil ao longo de sua história, com o objetivo de realizar uma análise crítica do período atual.

Considera que, na atualidade, a mídia e a imprensa em particular, movidas pela disputa entre os meios de comunicação com o intuito de atrair o público consumidor das notícias, têm pautado suas informações com uma superficialidade progressiva, e, a fim de atender ao “clamor da ruas”, muitas vezes pessoas são julgadas e condenadas pela simples suspeita de terem praticado um crime, antes mesmo que a Justiça o faça.

Sustenta que, no caso do terrorismo, devido à postura imediatista e superficial atualmente detectada na apuração dos fatos pela imprensa, a opinião pública não tem sido informada de maneira adequada.

Argumenta que, para se combater o terrorismo, deve-se debelar paralelamente a criminalidade organizada – a qual possui estreita ligação com aquele –, todavia com uma noção muito clara dos valores da civilização e da necessidade de defesa do Estado, além do respeito aos direitos individuais.

## PALAVRAS-CHAVE

Mídia; imprensa; terrorismo; crime organizado; ética; direitos individuais.

---

\* Conferência proferida no Seminário Internacional “Terrorismo e violência: segurança do Estado, direitos e liberdades individuais”, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários, nos dias 27 e 28 de maio de 2002, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, Brasília-DF. Sem revisão do autor.

**E**m geral, fala-se muito do custo Brasil, que passa pela soma de custos dos diversos Poderes. Fala-se muito do custo Justiça, do mercado financeiro, mas existe um custo pouco pesado e que, hoje, começa a ser visto com mais clareza: o custo mídia. Dentro de uma sociedade aberta, na qual o mercado e as instituições funcionam adequadamente, ou seja, uma sociedade indicativa, em que acaba o massacre do Executivo e só tem-se de articular vontades, a mídia possui papel fundamental: identificar as boas iniciativas que ocorrem, criticar as más e, principalmente, consolidar valores – por valores entenda-se alguns básicos da própria civilização humana, que permeiam todas as sociedades modernas. A mídia tem um processo muito complexo. Mudanças muito fortes ocorreram nos últimos anos na mídia como um todo e na mídia brasileira em particular.

Nos anos de 1950, antes do movimento militar, havia uma mídia basicamente comprometida com partidos; apenas um ou outro jornal tinha uma visão um pouco acima dos partidos, mas era mídia partidária, em que a notícia era usada com propósitos políticos, o que levou a crises políticas intermitentes: com a morte de Getúlio Vargas, as crises com Jânio Quadros e com Juscelino Kubitschek, e com o papel de jornalistas desestabilizadores, como foi o caso de Carlos Lacerda e outros, que usavam a mídia com esse propósito.

Criou-se, então, uma moderna sociedade de consumo com o próprio processo de industrialização, ou seja, uma indústria de entretenimento muito forte nos anos de 1970; os grandes anunciantes passam a ser os varejistas que buscam o público em geral, e a mídia começou a caminhar para ser a defensora dos chamados interesses difusos da sociedade nos anos de 1990.

Nos anos de 1970, a mídia esteve muito atrelada ao Governo, seja como censor ou como anunciante, e, nos anos de 1980, à chamada “sociedade civil organizada”. O movimento contra a ditadura havia começado; as corporações e os grupos políticos que estavam à sua frente – sindicatos, OAB, CNBB e outras organizações – ficaram em estado de graça com a mídia, que passou a aceitá-los acriticamente, gerando um crescimento das corporações. Na verdade, foi o ano do corporativismo, em

que se conseguiam privilégios da mídia: os advogados por meio da OAB, os jornalistas por intermédio de seus sindicatos ou da Associação Nacional de Jornais. Foram anos de aprendizado para entrarmos em uma sociedade democrática moderna, na qual se presume o equilíbrio entre os Poderes para que possam definir seus limites mutuamente.

A Imprensa, no final dos anos de 1980, deu um grande salto com o “Projeto Folha”, veículo comprometido com o leitor, o que significa dizer que passou a não ter compromisso com grupos políticos, econômicos ou corporativos; seu interesse era, exclusivamente, com o leitor.

Se aqui estivessem reunidos vários grupos – de médicos, de jornalistas ou de metalúrgicos – com interesses diferentes, e se um deles fosse privilegiado, estar-se-ia indo contra os interesses dos demais. A mídia, na verdade, começa a buscar aquilo que reflete o interesse difuso da sociedade, o que todos têm em comum. Por exemplo: somos consumidores, contribuintes e cidadãos. A mídia passa a defender tais interesses, mas, por trás disso, existe uma lógica de mercado. Quando o varejo é o grande anunciante, a Imprensa brasileira equipara-se à americana de cem anos atrás, que acabou com o poder de várias empresas, dentre elas a *Standard Oil Company*, o grande orgulho americano. A Imprensa, de alguma forma, estabelece limites para o excesso de poder, porque tende a representar os interesses difusos da sociedade.

O Brasil entrou em uma nova etapa da vida nacional sem ter uma tradição institucional. Não temos a cultura dos valores básicos que constituem as sociedades democráticas, tais como os direitos individuais. Recentemente começamos a construir novas instituições. Pelos princípios jurídicos, pelos problemas processuais e pelo próprio fechamento da Justiça, passamos a ter a chamada “Justiça imediata”; confundimos processos protelatórios com os que são imprescindíveis na apuração da verdade, da inocência ou da culpa dos réus. Clama-se pela Justiça rápida.

Em sua fase inicial, a Imprensa, no anseio de representar a maioria, passou a simplificar tudo, característica do jornalismo moderno. O jornalista é um juiz, todos os dias tem de julgar um fato, precisa julgar a notícia: saber se é relevante, se está correta ou não, se o sujeito é inocente

ou não. Como acontece em outras categorias, o jornalista também tem medo de correr riscos, de tomar uma atitude diferente da maioria. Esse comportamento, no mercado financeiro, chama-se “efeito manada”. Isso ocorreu, por exemplo, quando da mudança do câmbio, em que, três meses antes, todos os economistas competentes, obviamente, sabiam que o câmbio mudaria. No entanto, quando era feita uma pesquisa, nove entre dez economistas de bancos afirmavam que o câmbio não mudaria, porque, se alguém dissesse que não mudaria, a Imprensa focalizava uma falsa maioria; se dissesse que mudaria, estaria sozinho; portanto, se havia uma pequena possibilidade de o câmbio não mudar, melhor errar acompanhado. Esse medo da individualidade permeia a atividade jornalística.

Ao editar uma matéria, o editor imagina o que o seu concorrente falará sobre ela. Se for uma pessoa competente, fará o oposto da maioria para se destacar; no entanto, para conseguir esse objetivo, é preciso ter segurança; quando esta não existe, burocratiza-se. Tomemos, como exemplo, todos os casos de linchamento, não no julgamento em si, mas na mídia, começando pelo da Escola Base, de São Paulo, até o caso do índio Pataxó, em Brasília; independentemente da culpa – é evidente que há uma culpa dos acusados – houve um linchamento. A punição é o objetivo. Como ocorre? Passa-se a padronizar – é meio “pavloviano” – toda forma de cobertura: todo funcionário público é classificado como “preguiçoso”; o que vier de usineiro, “caloteiro”; industrial da FIESP, “quer mamar nas tetas do Governo”. Criam-se padrões absolutamente “emburrecedores” para simplificar as manchetes do jornalista. As incorreções passaram a ser perpetuadas, passaram a ser vítimas da primeira versão.

Em um livro que estou lançando, analisei, mais ou menos, vinte casos em que foram criadas unanimidades pela mídia. Nessa análise, mostro como foram criadas e como estavam erradas as unanimidades. Como exemplo: o caso da lipoaspiração de Cláudia Liz. O médico absolutamente inescrupuloso, Jorge Pagura, que foi Secretário da Saúde de São Paulo, declarou que ela estava condenada e, na melhor das hipóteses, ficaria cega ou boba. Uma semana depois, ela acordou linda, lépida e faceira. O Dr. Pagura disse

que esse resultado tinha sido um milagre dele. Todos os médicos sabiam que o diagnóstico estava incorreto, mas a mídia ficou durante um mês noticiando a primeira versão. Tudo para não correr o risco de ir contra a maioria.

Por todos esses fatos, tivemos uma mudança brutal no País nos anos de 1990. Essa simplificação até se justificava no tempo da ditadura, em que se tinha um jornalismo de briga e todos eram a favor da abertura. Quando se muda um modelo de país, passa-se a ter um novo país. Não digo que seja melhor ou pior, mas um país diferente, com um novo papel das instituições e dos agentes econômicos. O jornalismo passa a ser algo complexo, não pode mais vir com essa história de que é bom ou mau, tem de entender o papel de cada gente para poder julgá-la dentro de um modelo de país, o que não ocorreu na mídia.

A mídia, nos anos de 1990, descobriu o *marketing* da notícia. Quando se trata de queda de qualidade da TV Globo e de outras televisões, o jornalismo, em geral a grande Imprensa, passa a ser um agente – a notícia é a vítima – desse *marketing*.

O conceito jornalístico adequado a *marketing* da notícia é o de relevância. Na cobertura de um Seminário como este, deve-se ressaltar o mais relevante, o que mexe com a vida das pessoas, com o futuro do País e que tenha substância. Dentro do conceito de *marketing* da notícia, retira-se o espetaculoso, aquilo que propicie manchete e leitura fácil, ou seja, o que o jornalista acredita ser interessante ao leitor.

Na campanha presidencial, por exemplo, os candidatos não conseguem divulgar suas idéias. Se o Ciro Gomes faz um discurso sobre o conjunto de suas idéias, a manchete será: "Ciro Gomes criticou Lula"; se José Serra faz uma apresentação; será noticiado: "Serra criticou Malan". Essa irrelevância passa a ser disseminada por toda a mídia. O mesmo ocorreu em todo o processo de formação da sociedade de massa, denunciado exemplarmente por Ortega y Gasset nos anos de 1920 e de 1930 – a tentativa de se articular a unanimidade em cima do que é politicamente correto.

O leitor é um agente fundamental dos jornais, e estes pesquisam o que o leitor quer. Existe até um conjunto de leitores que mandam carta para o jornal como uma forma

de pressão. Hoje, com a internet, a pressão ainda é maior por causa do *e-mail*. Alguns jornalistas não divulgam seus *e-mails*, porque sentem-se afetados quando, ao escreverem algo não-gradável ao leitor, recebem alguma crítica.

O jornalista é bombardeado de todos os lados pelos leitores; por isso há uma competição não apenas entre jornais, mas também entre jornalistas. O jornalista passa a ser um populista. É como se fosse um Roriz em campanha: quer agradar o leitor. O jornalismo, que já foi vítima do poder militar, subordinado ao poder econômico e ao poder público corporativo, hoje, é um escravo do chamado "clamor das ruas", contra o qual não investirá.

Nesse clamor, não há nada pior do que os processos de linchamento. Se compararmos o pior criminoso e o sujeito que o lincha, este é pior. O linchamento traz à tona o que há de pior na natureza humana. O linchador é um covarde, porque, em qualquer processo de linchamento, a pessoa mais agressiva é a mais irrelevante, a mais medíocre, e a mídia passou a articular os linchamentos como uma maneira de cativar os seus leitores: se o leitor quer sangue, terá sangue.

O Estado de Direito "foi para o vinagre": surgem alguns proces-

O linchamento traz à tona o que há de pior na natureza humana. O linchador é um covarde, porque, em qualquer processo de linchamento, a pessoa mais agressiva é a mais irrelevante, a mais medíocre, e a mídia passou a articular os linchamentos como uma maneira de cativar os seus leitores: se o leitor quer sangue, terá sangue.

so para acabar com reputações e outros para dar espaço a toda forma de chantagem. Por exemplo, no grampo, hoje uma atividade corriqueira no Rio de Janeiro – e cito esse exemplo para chegar ao terrorismo e ao crime organizado –, existe uma tabelinha: grampeia-se primeiro e, depois, busca-se o cliente. É algo inacreditável.

Lembro-me de uma revista que publicou a manchete "Os Grampos da Sudam", com 120 horas de gravação e o texto. Por se tratar de um *marketing* da notícia, o objetivo é vender o peixe. Como todo jornalista tem de dizer que é bom, o resultado são diálogos inacreditáveis: "a República é isso, a República é aquilo" etc. e, entre aspas, os principais trechos do grampo – muita coisa irrelevante. Se isso é o principal, o que será o restante?

Os direitos individuais "foram para o vinagre": principalmente a capacidade analítica da Imprensa. Hoje a simplificação é o padrão. Em qualquer tema, a pessoa tem de ser ou o bandido ou o mocinho; mocinho não muito, porque o jornalista mesmo não elogia; portanto, na simplificação abrangente que ocorre na mídia, existem apenas os bandidos e os neutros.

Um dia polemizei com um colega da *Folha de S. Paulo*. Disse-me ele que no padrão "Globo" de jornalismo, na sociedade de consumo de massas, não há espaço para a qualidade. Disse-lhe que há sim, porque quem pretende fazer um produto agradável de leitura e com qualidade faz. Não o faz quem não tem capacidade. Na mídia, houve uma grande mediocridade.

A campanha do *impeachment* do ex-Presidente Collor, que começou com uma competição – acredito que, em termos substantivos, não se contou um décimo do que se fez – consagrou um tipo de jornalismo sem filtro de qualidade. Os jornais passaram um mês dizendo que o presidente tinha esquemas suspeitos; mais um mês, que era suspeito; mais dois meses, que era ladrão. Chegou-se ao auge, e não se consegue ir além disso. Como a campanha continuava, e como em jornalismo a notícia de ontem é velha, deram-lhe um enfoque novo fazendo uso de uma ficção inacreditável. As manchetes eram: "Ele fica catatônico, e, para sair da catatonia, o agente de ordens tem de penetrá-lo"; "a primeira dama faz macumba no Palácio"; "ele usa supositório de cocaína". Notícias inacreditáveis.

De repente, o grande feito do jornalismo dos anos de 1990 foi a entrevista de Pedro Collor, que, do ponto de vista jornalístico, é lixo puro: uma pessoa em rixa freudiana com o irmão, que falou absurdos, independentemente da culpa dele. Esse passou a ser um padrão.

O meu primeiro caso foi o da Escola Base. Fui o primeiro jornalista a dizer que era um absurdo o que estava acontecendo. Analisei uns vinte casos de difamação de maioria de lá para cá. Ia contra a maioria, mas no final, estava certo. Quando era indagado sobre o que tinha de melhor do que os outros, respondia que não tinha nada, simplesmente ficava vendo as pessoas divulgarem a primeira versão.

A mídia, hoje, por ser um processo mediocrizado, pasteurizado, com irrelevâncias escandalosas, abriu margem para toda forma de *lobby* comercial e político, para chantagistas que permitiram que alguns colegas tivessem renome e ganhassem prêmios. Se um bandido passa alguma informação, não importa que seja verdade ou mentira, mas se for escandalosa e puder consagrar alguém, faz-se o jogo do bandido.

Houve um avanço extraordinário em todas as formas de crime organizado. O General Alberto Cardoso fez uma apresentação muito competente sobre essa questão. Tem-se, de um lado, a sofisticação dos mercados, com as novas operações, e, de outro, questões complexas na própria Justiça, com tentativas empresariais de se operar, usando suas características e as dos processos judiciais.

Entra-se com ações para convalidar golpes que serão aplicados na praça. O sujeito entra com uma ação contra o Governo e consegue, na primeira ou segunda Instâncias, indenizações de 8 bilhões de reais, por exemplo. Na terceira instância, acaba-se o processo, mas ele, com as indenizações, faz pagamento em cima de fumaça. São complexidades difíceis de serem apuradas pela mídia, porque o padrão de hoje é a superficialidade. São paraísos fiscais, fundos *off-shore*, contas CC-4 e CC-5, e a mídia não quer abordar. São diversas formas de crime organizado que vão confluindo para o mesmo lugar, isto é, para as zonas cinzentas dos paraísos fiscais e do dinheiro proibido.

Quando houve a CPI dos precatórios, comecei a ir contra a

maioria. Houve um episódio que abrangia a quantia de 5 bilhões de dólares, com senadores, Poderes da República e grandes bancos envolvidos. Queriam tirar o foco do Senado Federal para meia dúzia de banguinhos sem nenhuma expressão. Comecei a escrever sobre esse fato e um doleiro me telefonou dizendo que estava tentando passar informações para um senador, mas não conseguia, porque o parlamentar não conhecia muito o mercado. Então, disse-me que só operava coisas boas, só alterava caixa dois de empresas etc., mas não se envolvia com tráfico. Realmente tratava-se de um benemérito.

Hoje há várias formas de crime organizado, como tráfico de drogas, jogo do bicho, terrorismo, bingos, futebol e campanha política; algumas, por falhas na legislação, como é o caso das contribuições de campanha, jogo em que todo mundo entra e, no fim, acaba ficando refém de alguns arrecadadores chantagistas. Ocorre a confluência desse dinheiro para paraísos fiscais ou operações de mercado. Então, tem-se, de um lado, a complexidade desses processos e, de outro, a complacência, porque, quando se permite o tráfico de jogadores, dinheiro clandestino, caixa dois nas empresas, contribuição nas campanhas políticas; no fundo, arma-se um processo para que esse pessoal se encontre em algum lugar.

Existe a mídia com sua superficialidade e incapacidade de levantar temas complexos, além de diversas formas de crimes organizados em que atividades ilícitas e reprimidas convivem com as aceitas. O bingo é a máfia espanhola, mas é aceito; conseqüentemente, há famílias sendo destruídas. Nas grandes capitais, o jogo não é fiscalizado, "come solto", porque há a complacência da sociedade com algumas formas de crimes organizados. Caixa dois em campanha é crime, mas todo mundo aplica: PT, PSDB, PFL e, às vezes, um caso Lunus vem à tona para evidenciar tal prática.

A ética política é muito interessante. Diz-se que político ético aceita a contribuição do caixa dois em benefício do partido, deixando de selo o que aceita em benefício próprio. Trata-se de uma zona complicadíssima.

Há uma visão da mídia de massa, adquirida na área de humanas da universidade, herança da luta contra a ditadura, que diz respeito à ilegitimidade das leis. Nos anos de

1980 diziam que as leis eram ilegítimas, porque tinham sido impostas pela ditadura. Logo, ir contra elas era um exercício de cidadania, o que tinha sua razão na luta contra a ditadura.

Ilegitimidade da defesa do Estado, opressor por natureza; logo, não podendo se defender. A Abin é culpada por tudo, desde uma mosca que morre no Amazonas até uma escuta clandestina de um chantagista, porque saímos de um Estado ditatorial para um democrático, e esses conceitos ainda não penetraram como valor na mídia.

Manipulação do politicamente correto: essa prática, corrente na mídia americana – mas eles têm instituições para contrabalançar –, ocorre muito na brasileira. Ao longo da minha carreira, lutei contra a unanimidade. O caso da Escola Base foi exemplar; mas no do Bar Bodega, houve uma pressão muito grande sobre o delegado para prender os assassinos da dentista. Ele prendeu cinco ou seis favelados que foram torturados durante um mês. Houve a cobertura da mídia, mas ninguém divulgou. Então, um procurador corajosíssimo – ao contrário de alguns exibicionistas que usam o acesso à mídia para manipular o poder – foi contra a maioria, nem sei seu nome, mas é herói, ele mandou libertar os meninos favelados, atitude criticada pela mídia. Logo depois, descobriu-se que os meninos eram inocentes e que o delegado tinha cometido abuso de poder para atender ao clamor das ruas.

De repente, a mídia percebe que tem de defender o fraco, aquele que continua sendo torturado em delegacias, mas que, quando vem para a mídia, conta com uma simpatia maior. O caso Pataxó foi típico. A época, defendi o direito de o júri opinar tecnicamente sobre a graduação do crime. Recebi muitas mensagens eletrônicas dizendo que eu só me manifestava dessa forma por ser um dos acusados filho de juiz, mas eu nem o conhecia. Passa-se, então, a investir contra tudo o que não for favelado. Os direitos dos favelados, na ponta, continuam sendo desrespeitados, mas, quando viram tema de mídia, sua defesa é aceita. Da classe média para cima, são privilegiados. Querem o linchamento, mas com um alibi: "é filho de juiz", "é filho de empresário", ou "é filhinho de papai".

Tornamo-nos vítimas do politicamente correto, o que ocorre nos

Estados Unidos, onde participei de um congresso e ouvi de uma senhora que a professora de sua filha era um horror, não fazia nada, era muito preguiçosa. Ela e outros pais foram reclamar, e a escola entrou em pânico, porque a professora era negra, e o movimento negro iria protestar. A luta das minorias pelos seus direitos, que é fundamental, passou a se sobrepor às análises individuais. De repente, há o feminismo, a reserva de mercado para a mulher e o homossexualismo. Não pode ser assim, pois os direitos individuais são para todos. O politicamente correto chegou à mídia e, de repente, passa-se a pensar que toda forma de terrorismo é legítima.

Analisemos um caso típico: Ariel Sharon X terroristas palestinos. Sharon tem direito de massacrar crianças palestinas, porque os "assassinos" palestinos massacraram crianças judias. Não se percebe, nesse jogo todo, que a guerra não é entre Sharon e os terroristas palestinos, aliados dos falcões americanos. Quando Ariel Sharon provoca os palestinos, está fortalecendo a linha terrorista; quando um palestino explode uma bomba, não está enfraquecendo Israel, mas todos os liberais e humanistas de Israel contra assassinos frios como Ariel Sharon. Entra-se no jogo político e começa-se a especular quem tem ou não razão. Há uma ampla manipulação. Os falcões do Presidente George W. Bush são aliados dos falcões de Israel que, por sua vez, são aliados dos terroristas palestinos; portanto, a luta não é entre Israel e a Palestina, mas entre os valores da civilização; os humanistas, a favor de soluções conciliadoras, e os radicais malucos que pululam em todos os países.

Os radicais do Islã fortaleceram os radicais americanos de George W. Bush.

Todos esses grupos que aparentemente lutam fortalecem tanto os terroristas palestinos quanto os israelenses. Por que se aceita esse jogo? Porque há valores fundamentais da civilização que a mídia não absorve.

Quando o Luiz Estevão foi algemado, escrevi um artigo dizendo que considerava um absurdo, porque, quando se permite abusos contra alguém com indícios de culpa, está-se convalidando esse abuso contra todas as pessoas.

A questão dos procuradores de Brasília é típica. Quando se levanta a "bola" deles, fazendo com que soltem uma notícia, os jornalistas a divulgam

e, com base nela, abre-se um inquérito. Pode-se dizer que é contra bandido, só que envolve um poder tão grande que ocorre o que aconteceu no caso do Luiz Francisco: incluir, inadvertidamente, a quebra de sigilo de adversários em processos que não os diziam respeito. Essa máquina de simplificação da notícia acabou fazendo com que os valores individuais passassem para um segundo plano. A honra "virou uma peteca".

Um deputado ou senador sente-se no direito de ordenar a prisão de alguém. O "teje preso" voltou.

Os princípios são mais importantes do que as pessoas. O princípio dos direitos individuais tem um valor em si, e tem de ser seguido, não importando se é o Sr. Jader Barbalho ou o dono da Escola Base.

Há um medo de dizer as coisas e ser mal interpretado. Do lado da mídia, há essa covardia, porque não se quer ir contra a maioria.

Quando o julgador dobra-se ao chamado "clamor das ruas", a selva impera. Houve um caso típico na Escola Base: um desembargador cedeu ao "clamor das ruas" e ordenou a prisão de três casais inocentes. Foi editado um livro, recentemente, e quando se divulgou que aquela situação estava errada, rompeu-se a unanimidade da mídia, e o magis-

**As leis são legítimas, mas precisam ser alteradas com base em discussões amplas e técnicas, o que contraria a necessidade de justiça rápida, que caracteriza a sociedade de massa e os linchadores. É necessária uma visão competente para entender as formas sofisticadas de crime organizado e investir contra interesses que estão firmemente encastelados em todos os poderes e na mídia.**

trado, então, sentiu-se com forças para ordenar a libertação. Ele nunca poderia ter cedido ao "clamor das ruas".

É necessário se apurar o caso até o fim. O grande problema das manifestações de catarse é se atender ao clamor imediato das ruas e, depois, não se acompanhar o final do processo. O inocente fica prejudicado e sua honra é ferida. O malandro, por estar ao lado do inocente, acaba sendo beneficiado. Quando o caso sai das manchetes, a pessoa se torna presidente de clube etc.

O terrorismo possui uma grande complexidade. No caso de Eldorado dos Carajás, havia os sem-terra sendo manipulados por lideranças que ficavam insuflando a distância, e soldados sendo manipulados por comandantes ineptos. Observamos um lado avançando sobre o outro. A Rede Globo mostrou isso durante uma semana, mas ninguém sabe quem começou. É como o caso de Ariel Sharon, que andou em território sagrado e insuflou o outro lado. Quando existe irracionalidade, qualquer atitude serve para deflagrar algo que interessa como manipulação política. Quando se entra na questão do terrorismo, há esse "pano de fundo" atrapalhando uma visão adequada.

Todo Estado deve ter suas formas de defesa. Uma agência de inteligência é fundamental. Obviamente o Estado deve ter seu foco dentro da Constituição, mas é fundamental para o Presidente da República, seja Fernando Henrique ou Lula, possuir uma ouvidoria geral. Tem de haver um combate ao terrorismo, com uma noção clara do que isso significa. Quando se depreca uma escola, não é terrorismo.

O Estado precisa se defender. O pensamento radical valia para os anos de 1950, quando existiam os socialistas utópicos. As leis são legítimas, mas precisam ser alteradas com base em discussões amplas e técnicas, o que contraria a necessidade de justiça rápida, que caracteriza a sociedade de massa e os linchadores.

É necessária uma visão competente para entender as formas sofisticadas de crime organizado e investir contra interesses que estão firmemente encastelados em todos os poderes e na mídia.

Quando surge uma indústria de liminares para os detentores do combustível e das quadrilhas organizadas ou quando aceitamos o bingo,

a economia clandestina do futebol e das campanhas políticas em todos os Poderes, a grande luta não é contra o Poder A ou B, mas cada Poder é a parte legal, institucional, contra a parte clandestina que permeia a mídia, o Judiciário, o Executivo e o Legislativo. A questão da repressão passa a ser o elemento central. Deve haver repressão, seguindo os princípios dos direitos individuais, mas como juntar as duas coisas?

O novo Secretário da Segurança de São Paulo – no episódio do comando do cárcere que resultou em dez ou quinze mortes e em uma grande discussão, no qual entram alguns paradigmas dos anos de 1970 e de 1980 – mencionou que, em muitos casos, o crime é uma questão social.

Há a necessidade de uma ação social em todos os níveis para reduzir a criminalidade. Mas, depois que virou crime, é uma questão de repressão. Se não houver a repressão, o que se deve fazer?

De repente, as delegacias de São Paulo são bombardeadas por quadrilhas organizadas. No fundo, tudo passa por questões de conceitos e valores de uma sociedade que somente está se institucionalizando agora, porque, se não houver uma compreensão clara dos valores legais, jurídicos, constitucionais e dos direitos individuais, continuará uma sociedade selvagem.

O Presidente da República, por ter construído uma maioria política – utilizando-se de métodos criticáveis –, não foi apeado do poder. Se amanhã assumir um presidente politicamente fraco, não permanecerá no cargo por um ano, porque se cria um fato qualquer, deixa-se o processo jurídico de lado – não tem contraditório –, focaliza-se, transforma-se em algo palpável, possibilitando que uma maioria parlamentar o destitua.

O crime organizado e o terrorismo passam por isso. Para se combater o terrorismo, que está virando uma ação internacional com todas as vinculações com o crime organizado, temos de combater, também, o crime organizado, que compreende a campanha política, o futebol, o bingo, o tráfico etc. Para isso, devemos ter uma noção muito clara de valores, em que é necessária a defesa do Estado, a repressão e o respeito ao direito individual.

É uma discussão complexa que passa pela questão dos conceitos jurídicos; é uma visão especiali-

ssima que a Imprensa tem de assimilar para poder cumprir o seu papel, e estabelecer o equilíbrio que, hoje, falta para que o Brasil seja um país moderno. Trata-se de um país de analfabetos do ponto de vista dos direitos individuais e dos conceitos jurídicos. O direito individual ainda está restrito ao mundo dos advogados e dos juizes, não chegou na mídia. Deveria haver uma cadeira de processos judiciais na Imprensa para se saber o que é o contraditório, a presunção da inocência etc. Não chegamos lá, mas é com persistência que se consegue o avanço e a preponderância dos valores da civilização sobre o imediatismo, a “sede de sangue”, que caracteriza os linchadores.

## ABSTRACT

The author analyses the different roles carried out by the media in Brazil along the country's history, aiming to accomplish a critical analysis of the current period.

He considers that, at the present time, the media and the press in particular, motivated by the dispute among the means of communication with the objective of attracting the news' consuming public, have treated their information with a progressive superficiality, and, in order to attend to the “street clamour”, people are frequently judged and condemned by the simple suspicion of having committed a crime, even before being brought to Justice.

He sustains that, in the case of terrorism, due to the immediate and superficial posture currently detected in the findings of the facts by the press, the public opinion has not been properly informed.

He argues that, to combat terrorism, it is necessary to extinguish, in parallel, the organized criminality – which has a narrow connection with the terrorism –, however, with a very clear notion of civilization's values and of the necessity of the State defense, besides the respect to the individual rights.

KEYWORDS – Media; press; terrorism; organized crime; ethics; individual rights.

Luís Nassif é Jornalista Econômico e Colunista da *Folha de S. Paulo*, em São Paulo-SP.